



55

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
**Gabinete Desembargador Odilon de Oliveira Neto**  
Rua do Brum, nº 123, 3º Andar, Bairro do Recife – Recife/PE. CEP: 50030-260  
Fones: 31819508/9509/9510/9511/9512

---

## **1ª CÂMARA CRIMINAL**

**Habeas Corpus n.º 0005136-42.2014.8.17.0000 (0335260-1)**

**Impetrante:** Maria da Conceição R. Peixoto

**Paciente:** Flávio Soares de Amorim

**Autoridade Coatora:** MM. Juízo da Vara Criminal da Comarca de Moreno – PE

**Procuradora de Justiça:** Lúcia de Assis

**Relator:** Desembargador Odilon de Oliveira Neto

**EMENTA:** HABEAS CORPUS. ROUBO. AUSÊNCIA DE CÓPIA DO DECRETO CONSTRITIVO IMPETRAÇÃO POR ADVOGADO HABILITADO. INSTRUÇÃO DEFICIENTE. MÉRITO. NEGATIVA DE AUTORIA. NÃO CONHECIMENTO.

- 1) Incumbe ao impetrante instruir o pedido com cópia da decisão denegatória da liberdade provisória e/ou documento que demonstre a coação ilegal ou ameaça, nesse sentido o STJ já se pronunciou: "Compete ao advogado instruir, adequadamente, o 'writ', mormente sabendo-se que a prova deve ser pré-constituída que não ocorre a fase instrutória. ." (HC 7567/RJ, Relator Ministro Anselmo Santiago, j. em 25/11/1998, 6ª Turma).
- 2) Encontra-se sumulado neste Tribunal que o Habeas Corpus não será conhecido quando tratar-se de averiguação probatória para aferição de negativa de autoria (Súmula nº 80);
- 3) A Instrução deficiente do feitor impede o conhecimento do writ. ORDEM NÃO CONHECIDA."

## **A C Ó R D ã O**

Vistos, relatados e discutidos estes autos do **Habeas Corpus n.º 0005136-42.2014.8.17.0000 (0335260-1)**, em que figuram como partes as acima referidas, acordam os Desembargadores componentes da Primeira Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, na sessão do dia \_\_\_\_/\_\_\_\_/2014, **por unanimidade, EM NÃO CONHECER A ORDEM**, tudo conforme consta do relatório e do voto digitado anexos, que passam a fazer parte do julgado.

Recife, 16 de Junho de 2014.

Odilon de Oliveira Neto  
Desembargador Relator



56

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
**Gabinete Desembargador Odilon de Oliveira Neto**  
Rua do Brum, nº 123, 3º Andar, Bairro do Recife – Recife/PE. CEP: 50030-260  
Fones: 31819508/9509/9510/9511/9512

## 1ª CÂMARA CRIMINAL

**Habeas Corpus n.º 0005136-42.2014.8.17.0000 (0335260-1)**

**Impetrante:** Maria da Conceição R. Peixoto

**Paciente:** Flávio Soares de Amorim

**Autoridade Coatora:** MM. Juízo da Vara Criminal da Comarca de Moreno – PE

**Procuradora de Justiça:** Lúcia de Assis

**Relator:** Desembargador Odilon de Oliveira Neto

### RELATÓRIO

A bela. Maria da Conceição R. Peixoto impetrou Habeas Corpus liberatório, com pretensão liminar, em favor de **Flávio Soares de Amorim**, qualificado na atrial (fls. 02), alegando que o paciente está sofrendo constrangimento ilegal em face da ausência de autoria, nos autos do processo-crime nº 0000615.2014.8.17.0970 a que responde, juntamente com Carlos Alberto Bezerra de Vasconcelos, perante o MM. Juízo de Direito da Vara Criminal da Comarca de Moreno, neste Estado, como incurso nas sanções do art. 157, §2º, incisos I, II e V, do Código Penal, ao argumento de que o réu é primário e de bons antecedentes, possuindo residência fixa e profissão definida, fazendo jus à concessão do referido benefício.

À inicial foram acostados os documentos de fls. 06/27.

Às fls. 37, fora indeferido o provimento liminar vindicado na atrial e, em sucessivo, solicitado informações à autoridade coatora, que as prestou às fls. 40/45.

Nesta Instância, a douta Procuradoria de Justiça, ofereceu parecer às fls. 49/51, opinando pelo **NÃO CONHECIMENTO** da ordem.

Está feito o relatório.

Recife, 16 de Junho de 2014.

Odilon de Oliveira Neto  
Desembargador Relator

0335260-1 (3.c)



57

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
**Gabinete Desembargador Odilon de Oliveira Neto**  
Rua do Brum, nº 123, 3º Andar, Bairro do Recife – Recife/PE. CEP: 50030-260  
Fones: 31819508/9509/9510/9511/9512

---

### **1ª CÂMARA CRIMINAL**

**Habeas Corpus n.º 0005136-42.2014.8.17.0000 (0335260-1)**

**Impetrante:** Maria da Conceição R. Peixoto

**Paciente:** Flávio Soares de Amorim

**Autoridade Coatora:** MM. Juízo da Vara Criminal da Comarca de Moreno – PE

**Procuradora de Justiça:** Lúcia de Assis

**Relator:** Desembargador Odilon de Oliveira Neto

### **VOTO**

Como dito no relatório, não fora concedida a liminar requerida por inexistirem elementos probantes para concessão em sede de conhecimento superficial próprio das medidas liminares.

Não obstante a peça inicial estar subscrita por advogado, a ela não **foram juntados os documentos necessários a permitir que este Tribunal possa avaliar o pleito de concessão da ordem**. Destaco que petição somente veio acompanhada de cópias da denúncia e dos autos da prisão em flagrante.

Assim, o pedido muito embora formulado por advogado legalmente constituído, falta-lhe, inclusive, a cópia da decisão constritiva.

Ademais, entra no mérito da questão, afirmando a ausência de autoria do paciente ao fato imputado.

Diante de tamanha imprecisão, somente me restou não conceder a liminar.

Posso afirmar que no presente caso a peça inicial cumpre apenas FORMALMENTE o que dispõe no art. 654, § 1º do CPP, **porém não fornece os elementos necessários para, ao menos, compreender o porquê e se houve constrição ilegal a liberdade do paciente**.

Bem, considerando o alcance constitucional do habeas corpus e que se trata de um remédio heroico achei por bem requisitar as



58

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
**Gabinete Desembargador Odilon de Oliveira Neto**  
Rua do Brum, nº 123, 3º Andar, Bairro do Recife – Recife/PE. CEP: 50030-260  
Fones: 31819508/9509/9510/9511/9512

---

informações a suposta autoridade coatora para, ao menos, tentar examinar se existe/havia alguma constrição ilegal.

Contudo, mesmo após o pedido de informações, o juízo da Vara Criminal de Moreno disse que o paciente foi preso em flagrante delito no dia 08/04/2014 e foi denunciado em 23/04/2014 por suposta infração ao art. 157, §2º, incisos I, II e V, do Código Penal e que, atualmente, o processo se encontra no trâmite regular, anexando as suas informações com os documentos necessários (fls. 41/45).

Não vejo como prosperar o presente remédio heroico.

Ora, o habeas corpus é sumário e exige prova pré-constituída, portanto não há como ponderar as circunstâncias em que se deu a prisão. Torna-se inviável o conhecimento do remédio constitucional nesta parte, ante a insuficiência da documentação acostada, sobretudo por se cuidar de advogado constituído, o que causa óbice à flexibilização da exigência de prova pré-constituída.

**É consabido que incumbe ao impetrante instruir o pedido com cópia da decisão denegatória da liberdade provisória e/ou documento que demonstre a coação ilegal ou ameaça**, nesse sentido o STJ já se pronunciou: *"Compete ao advogado instruir, adequadamente, o 'writ', mormente sabendo-se que a prova deve ser pré-constituída que não ocorre a fase instrutória."* (HC 7567/RJ, Relator Ministro Anselmo Santiago, j. em 25/11/1998, 6ª Turma).

Na hipótese vertente, não há, na documentação instruindo o *mandamus*, o que torna inviável o reconhecimento do suposto constrangimento ilegal de que estaria sendo vítima o paciente, **argumentos sequer levantados pela impetrante, limitando-se somente a alegar a negativa de autoria**. Para a análise quanto à ilegalidade da prisão do paciente, necessária se faria a juntada, por exemplo, de cópia da decisão constritiva, o que não veio aos autos.

A ação constitucional de habeas corpus, segundo a Corte Suprema, tem rito sumaríssimo, não admitindo dilação probatória, razão pela qual exige prova pré-constituída (HC 68952/SP, Relator Ministro Celso de Mello, j. em 10/12/1991, 1ª Turma; RHC 58743/ES, Relator



59

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
**Gabinete Desembargador Odilon de Oliveira Neto**  
Rua do Brum, nº 123, 3º Andar, Bairro do Recife – Recife/PE. CEP: 50030-260  
Fones: 31819508/9509/9510/9511/9512

Ministro Moreira Alves, j. em 10/03/1981, 2ª Turma; HC 65794/RJ, Relator Ministro Aldir Passarinho, j. em 24/02/1988, Tribunal Pleno).

Segundo firme jurisprudência do STJ, é inadequada a dilação probatória em sede de habeas corpus quando o advogado não instrui devidamente o processo se impõe o não conhecimento do writ; vejamos:

HABEAS CORPUS. TRÁFICO DE DROGAS. PRISÃO PREVENTIVA. DEFICIÊNCIA NA INSTRUÇÃO DO FEITO. AUSÊNCIA DE CÓPIA DO DECRETO CONSTRITIVO E DO ACÓRDÃO IMPUGNADO.

1. É inviável a análise do pedido formulado em habeas corpus quando o impetrante, advogado legalmente constituído, não providencia a juntada de documentos mínimos que viabilizem o deslinde da controvérsia, levando-se em consideração que, na via mandamental, a prova deve ser pré-constituída.

2. Ordem não conhecida. (HC 182.217/MG, Rel. Ministro OG FERNANDES, SEXTA TURMA, julgado em 14/06/2011, DJe 01/07/2011) (grifei)

Por fim, encontra-se pacificado em nossos pares quanto a análise probatória a fim de aferir alegação de negativa de autoria, conforme Súmula 80, do Tribunal Justiça de Pernambuco, senão vejamos:

Súmula 80 (TJPE) - A restrita via do habeas corpus não comporta o revolvimento probatório necessário à aferição da negativa de autoria. (grifei)

Por tais fundamentos, **NÃO CONHEÇO DO WRIT.**

É o voto.

Recife, 16 de ~~Julho~~ <sup>Junho</sup> de 2014.

Odilon de Oliveira Neto  
Desembargador Relator